VIOLÊNCIA POLICIAL E CULTURA INSTITUCIONAL¹

Dimitri Assis Pereira Paulino de Oliveira²

Bruno Feital Barbosa Motta³

RESUMO:

O artigo examina a violência policial no Brasil, com ênfase no papel organizacional das instituições de segurança pública e em como essas estruturas contribuem para o perfilamento étnico-racial das vítimas, predominantemente jovens negros, especialmente durante intervenções policiais. A análise considera os impactos históricos da herança colonial e do militarismo, que moldaram práticas institucionais dentro das forças de segurança ao longo do tempo. Esse olhar histórico revela como a criminalização de comunidades negras e de baixa renda foi institucionalizada como forma de controle social, com estigmas sociais frequentemente justificando o uso desproporcional da força. Utilizando dados de 2011 a 2023, o estudo destaca as disparidades raciais e etárias nas mortes violentas, mostrando que jovens negros são particularmente vulneráveis. Além disso, o artigo defende a necessidade de mudanças organizacionais e culturais nas instituições policiais, por meio de programas que priorizem o treinamento em direitos humanos e o suporte psicológico aos agentes, visando reduzir a violência institucional e promover uma segurança pública mais equitativa e inclusiva.

Palavras-chave: Psicologia. Violência Policial. Cultura. Instituição.

POLICE VIOLENCE AND INSTITUTIONAL CULTURE

ABSTRACT:

The article examines police violence in Brazil, emphasizing the organizational role of law enforcement institutions and how these structures contribute to the ethnic and racial profiling of victims, primarily young Black individuals, especially during police interventions. The analysis considers the historical impacts of colonial heritage and militarism, which have shaped institutional practices within law enforcement over time. This historical lens reveals how the criminalization of Black and low-income communities has been institutionalized as a form of social control, with embedded social stigmas often justifying disproportionate uses of force. Using data from 2011 to 2023, the study highlights racial and age

¹ Artigo de trabalho de conclusão de curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia, na Linha de Pesquisa Psicologia e relações sociais, comunitárias e políticas.

Recebido em 26/10/2024 e aprovado, após reformulações, em 26/11/2024

²Discente do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail: dimitripaulino24122000@gmail.com

³Mestre em Psicologia clínica pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e docente do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail:brunomota@uniacademia.edu.br

disparities in violent deaths, with young Black men shown to be especially vulnerable. Furthermore, the article calls for organizational and cultural shifts within police institutions through comprehensive programs that prioritize human rights training and psychological support for officers, aiming to reduce institutional violence and foster a more equitable and inclusive approach to public safety.

Keywords: Psychology. Police Violence. Culture. Institution.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), o perfil étnico-racial das vítimas de violência apresenta dados alarmantes. Em termos absolutos, 76,5% das pessoas falecidas em decorrência de violência eram negras, evidenciando a prevalência deste grupo nas estatísticas gerais de violência. Este percentual aumenta significativamente para 83,1% quando se considera especificamente as vítimas de intervenções policiais.

A análise quantitativa e descritiva das variações no número de Mortes Violentas Intencionais (MVI) e Mortes Decorrentes de Intervenções Policiais (MDIP) no Brasil entre os anos de 2011 até 2023 revela que, de acordo com os dados fornecidos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)(2023), o número de mortes violentas intencionais variou significativamente ao longo dos anos, com um pico em 2017 (64.079 mortes) e uma redução progressiva até 2023, quando foram registradas 46.328 mortes. A definição de MVI inclui homicídios dolosos, latrocínios, lesões corporais seguidas de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais. A partir de 2011, o FBSP passou a monitorar as mortes decorrentes de intervenções policiais, e a partir de 2015, os feminicídios foram incluídos na contagem de homicídios.

Os dados revelam desigualdades significativas tanto no perfil racial quanto na faixa etária das vítimas de MVI e MDIP. Conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024), em 2023, 77,8% das vítimas de homicídios dolosos eram negras, enquanto no caso de latrocínios, essa proporção era de 60,9%. Entre as vítimas de lesões corporais seguidas de morte, 73,9% eram negras, e no caso das mortes decorrentes de intervenções policiais, a disparidade foi ainda maior, com 82,7% das vítimas sendo negras. De forma geral, 78,0% das vítimas de MVI em 2023 eram negras, o que reforça a predominância de negros como principais vítimas da violência no Brasil.

A análise também destacou o impacto etário da violência, revelando que a faixa mais afetada é a de jovens entre 18 e 24 anos, que compõem mais de 40% das vítimas de MVI e MDIP. De acordo com os dados do Anuário (2024), metade das vítimas de MVI tinham até 29 anos, com uma concentração ainda maior entre as vítimas de intervenções policiais, onde 71,9% tinham até 29 anos. Essa concentração de jovens negros como principais vítimas ressalta um padrão de desigualdade estrutural nas dinâmicas da violência policial no país.

As estatísticas de MVI e MDIP entre 2018 e 2023 demonstram variações anuais relevantes. Em 2018, o total de MVI foi de 57.574, dos quais 10,7% eram casos de MDIP. Nos anos subsequentes, mesmo com a redução no número total de MVI, os casos de MDIP representaram uma proporção crescente, alcançando 13,8% do total de MVI em 2023. Esses números indicam a necessidade urgente de uma análise crítica das políticas de segurança pública, considerando as desigualdades raciais e etárias evidentes nos dados e a persistência da violência policial como fator estrutural.

No contexto neoliberal, a gestão política e econômica tem se caracterizado pelo militarismo e pela criminalização dos maiores afetados pela violência, como jovens, negros e pobres, com o objetivo de sustentar a ideologia do capital. Silva Júnior (2017) argumenta que essa abordagem cria um inimigo a ser neutralizado ou eliminado, o que contribui para uma sensação generalizada de insegurança, solucionada apenas pelo aumento das forças policiais.

Alves e Moljo (2015) afirmam que o processo de criminalização funciona como um mecanismo de controle social, especialmente sobre a população excluída do mercado de trabalho formal e dos direitos assistenciais. D'Elia Filho (2007) propõe uma compreensão desse processo em duas fases: a criminalização primária, que diz respeito aos atos ilícitos definidos pelo direito penal, e a criminalização secundária, que se refere à aplicação dessas leis pelas forças policiais e outras instituições punitivas, afetando diretamente os indivíduos marginalizados.

A relação entre a polícia e a sociedade, como destacado por Grillo e Maciel (2018), é crucial para a construção da subjetividade das majorias populares brasileiras, que têm enfrentado uma repressão constante. Nesse cenário, a criminalização da pobreza torna-se um elemento central no processo de disciplinamento das subjetividades, sob a lógica punitiva. A criminalização

primária é o momento em que se define o que é considerado ilegal com base na "ilegalidade" do ato, culminando na execução penal. Esse processo de seleção, longe de ser arbitrário, incide de forma desproporcional sobre os indivíduos mais marginalizados, refletindo uma seletividade baseada em raça e classe, categorias que estruturam a sociedade (Alves, 2013).

Prado Júnior (2000) destaca a relevância histórica dessas práticas ao evidenciar o papel do agente público durante o período colonial, que muitas vezes atuava como uma extensão improvisada das forças militares portuguesas. Esse agente, antes de ser formalmente reconhecido como funcionário público, era essencialmente um militar, executor da ordem escravista. Campos e Silva (2018) sustentam que, se Prado Júnior (2000) está correto ao afirmar que os problemas brasileiros foram delineados há mais de 150 anos e que o passado, mesmo transformado, persiste, é necessário um exame histórico para compreender, por exemplo, o número de casos de violência policial conforme indicado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023). Ávila (2019) observa que essa perspectiva é agravada por uma cultura de privilégios e clientelismo, onde a cultura majoritária não se empenha na construção de direitos universais, mas na manutenção de privilégios que possibilitam vantagens pessoais em detrimento dos valores coletivos.

O presente estudo tem como objetivo geral realizar uma revisão bibliográfica sobre a questão da Segurança Pública e a violência no Brasil. Já como objetivos específicos, apresentamos um recorte sobre a história da violência nas instituições brasileiras; estudar os conceitos, e propostas teóricas sobre a origem, da violência policial no Brasil; apresentar práticas de violências policiais descritas na literatura; analisar quais as características dos corpos que sofrem violência policial; e expor propostas de mudanças na Segurança Pública pautadas em estudos e questionamentos da Psicologia.

Para alcançar esses objetivos o presente estudo foi conduzido por meio de uma pesquisa bibliográfica, que envolveu a revisão da literatura pertinente ao tema abordado, incluindo uma análise dos dados disponíveis do ano 2011 até 2023. Para isso, foram consultadas diversas fontes, tais como livros, periódicos, artigos científicos e outras referências relevantes. Segundo Boccato (2006, p. 266), "a pesquisa bibliográfica visa resolver um problema ou hipótese utilizando referências teóricas publicadas, analisando e discutindo as diversas

contribuições científicas". Este tipo de pesquisa é crucial para fornecer uma base sólida para a compreensão do estado atual do conhecimento sobre o tema, incluindo as abordagens, enfoques e perspectivas que foram adotadas na literatura científica.

É relevante observar que o estudo da história da polícia no Brasil é relativamente recente, com ênfase a partir da década de 1960. A evolução desses estudos tem sido lenta, principalmente devido à ênfase na polícia política durante o período da ditadura militar e à dificuldade de acesso aos documentos primários da instituição policial, que ainda permanecem sob sigilo institucional (Bretas; Rosemberg, 2013).

A metodologia do presente estudo adota um recorte histórico para abordar o objeto de investigação, sustentando-se na premissa de que a história é um processo dinâmico e em constante reconstrução. Segundo Baremblytt (1992), em sua concepção do movimento institucionalista, é fundamental distinguir entre a história propriamente dita e a historiografia.

Enquanto a historiografia refere-se ao registro dos fatos históricos, muitas vezes alinhado aos interesses do Estado e das classes dominantes, a história é entendida como um processo ativo de conhecimento que busca reconstruir os acontecimentos do passado, levando em consideração as perspectivas, desejos e interesses de quem a escreve. A escolha por um recorte histórico é justificada pela visão institucionalista de que a história não é uma simples sucessão linear de fatos já ocorridos e encerrados, mas sim uma reinterpretação contínua do passado a partir das demandas e contextos do presente. Nesse sentido, o passado não gera o presente de maneira determinista; ao contrário, o presente é quem ilumina, ativa e atualiza as potencialidades do passado, projetando-as para o futuro. Essa abordagem permite compreender que o passado não está morto, mas vivo no presente, influenciando as ações e as estruturas sociais vigentes (Baremblytt, 1992).

Além disso, o Institucionalismo rejeita a ideia de que existe uma única e totalizante linha do tempo que abarca todos os processos históricos. Ao invés disso, Baremblytt (1992) defende que há "múltiplas histórias" — culturais, econômicas, ideológicas, do desejo, raciais e geracionais —, cada uma transcorrendo em seu próprio ritmo e duração. Diante disso, a metodologia deste trabalho busca articular esses diferentes tempos históricos, compreendendo que

cada processo pode "adiantar-se" ou "atrasar-se" em relação aos outros. Esse entendimento é essencial para captar as nuances e complexidades da evolução social e institucional no tempo.

Por fim, seguindo a lógica proposta por Baremlitt (1992), a pesquisa adota uma abordagem que valoriza a imprevisibilidade e o acaso como elementos centrais da história. Ao contrário das teorias que veem a história como uma sequência mecânica e repetitiva de eventos, o Institucionalismo afirma que o que realmente se repete na história não é o idêntico, mas o diferente. Dessa forma, esta metodologia reconhece que os momentos significativos de mudança social e institucional surgem de acontecimentos inesperados e que esses eventos, posteriormente, podem ser institucionalizados e organizados, ainda que nunca de maneira completamente previsível.

Adicionalmente, o presente estudo parte da premissa de que a violência policial configura uma grave violação dos direitos humanos. O Ministério Público, como instituição responsável por zelar pelo respeito aos direitos fundamentais (Constituição Federal de 1988, art. 129, II) (Brasil, 1988) e, especificamente, pelo controle externo da atividade policial (inciso VII), tem a responsabilidade de adotar uma postura proativa na prevenção e responsabilização dos desvios de conduta policial.

2 HISTÓRIA DA VIOLÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS: ORIGEM, CONCEITOS E PROPOSTAS

A expansão marítima e a subsequente colonização de novos territórios pelos países europeus foram impulsionadas pelo sistema mercantilista, que estruturava as relações sociais da época. Nesse contexto, estabeleceu-se uma empresa colonial que, segundo Flauzina (2006), foi fundamentada na desumanização racista dos povos tradicionais dos territórios colonizados. A formação da sociedade brasileira foi marcada, desde os primórdios, pela presença do racismo, com a violência se configurando como a base sobre a qual o Brasil e, em particular, o sistema penal brasileiro foram erguidos. Para Flauzina (2006), essa violência foi profundamente enraizada no escravismo, necessitando do controle rigoroso sobre os negros escravizados. O sistema penal, nessa perspectiva, funcionava como um mecanismo de repressão das diversas formas

de resistência dos escravizados, que variavam da insurreição ao suicídio, sendo essencial para a manutenção da ordem colonial.

No Brasil Colônia, o poder punitivo assumiu características específicas, influenciado pelo contexto mercantilista e pela demora na implementação de burocracias formais. Batista e Zaffaroni (2003) destacam que as punições estavam centradas no corpo, manifestando-se por meio de práticas como os degredos, as galés, os açoites, as mutilações e as execuções. A justiça colonial, como aponta Gagliardo (2014), era eminentemente punitiva, mais focada em sentenciar do que em prevenir delitos. Com a chegada da Família Real ao Brasil em 1808, iniciou-se uma reestruturação da política de segurança, com a criação da Intendência Geral de Polícia da Corte e Estado do Brasil. Essa nova polícia visava não apenas reprimir, mas também civilizar a população de acordo com os padrões europeus, marcando uma transição qualitativa em relação ao sistema anterior, que era puramente repressivo (Gagliardo, 2014). Contudo, o poder das elites rurais continuou a influenciar fortemente as funções de segurança, perpetuando um modelo regionalista e provinciano de policiamento que refletia os interesses dos grandes proprietários (Crusoé Júnior, 2005).

Caio Prado Jr. (2000) ressalta a importância do papel desempenhado durante o período colonial pelo agente público primordial, cuja intervenção nas necessidades citadinas e cotidianas do mundo da vida era uma extensão improvisada dos corpos militares das ordenanças portuguesas - constituindo assim a terceira força militar colonial, subsistindo após as tropas de linha e as milícias. O colono português, antes de assumir o papel de agente público ou funcionário, fundamentava suas ações no próprio interesse, sendo primordialmente identificado como um capitão-mor ou sargento-mor de um corpo de ordenança. Em essência, o protofuncionário público brasileiro emergiu como uma figura militar, essencialmente um executor da ordem escravista, antes de ser reconhecido como tal, formando uma concepção e *modus operandi* para o funcionário público. Para Holloway (1997) a trajetória do agente público de segurança é caracterizada pela mesma marca que toda a máquina estatal brasileira, uma herança profundamente enraizada na escravidão, no clientelismo e no autoritarismo.

Dessa forma, o conceito de instituição policial é intrinsecamente ligado à sua função própria, cuja evolução é influenciada pelo contexto sócio-econômico-

cultural dominante ao longo da história. Apesar das variações ao longo do tempo, determinados padrões operacionais das polícias latino-americanas tendem a persistir como: uso de tortura contra suspeitos e detentos dentro dos estabelecimentos policiais, abusos contra prisioneiros dentro de delegacias e presídios, abuso do poder letal e violência contra trabalhadores rurais. Evidenciado na pesquisa conduzida por Trindade (2004), mostrando as raízes violentas citadas por Holloway (1997).

A polícia pode ser conceptualizada como a instituição investida de legitimidade para intervir quando ocorrem eventos indesejáveis que violam as normas estabelecidas. Nesse sentido, a polícia representa a estrutura administrativa encarregada de impor restrições à liberdade, tanto individual quanto coletiva, na medida precisa e proporcional necessária para preservar e manter a ordem pública (Lazzarini, 1994).

A violência policial, frequentemente denominada brutalidade policial, refere-se ao uso intencional de força excessiva, seja física, verbal ou psicológica, por parte de agentes de polícia. Esse fenômeno é amplamente observado em diversos países, inclusive em aqueles que prevêm sanções para tais condutas. A violência policial é uma das várias formas de má-conduta policial e abrange práticas como prisão arbitrária, intimidação, discriminação racial, repressão política, abuso de vigilância, abuso sexual e corrupção (Trindade, 2004).

De maneira mais ampla, a violência pode ser compreendida como uma ação, direta ou indireta, destinada a limitar, ferir ou destruir pessoas ou bens. Segundo o Pequeno Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (Houaiss, 2015), violência é definida como a "ação ou efeito de violentar, de empregar força física (contra alguém ou algo) ou intimidação moral contra (alguém); ato violento, crueldade, força". No contexto jurídico, o dicionário descreve violência como o "constrangimento físico ou moral exercido sobre alguém, para obrigá-lo a submeter-se à vontade de outrem; coação". Assim, um ato é caracterizado como violento quando causa dano a terceiros, utiliza força física ou psíquica, é intencional e contrário à vontade da pessoa afetada. A violência pode ser classificada como social ou urbana, psicológica, moral e física.

No que se refere especificamente à violência policial, Trindade (2004) aborda o tema a partir de quatro concepções distintas: o uso ilegal da força física contra outra pessoa, não relacionado ao cumprimento do dever legal ou proibido

por lei; o uso desnecessário ou excessivo da força para resolver pequenos conflitos ou realizar prisões de maneira ilegítima; o uso irregular, anômalo, escandaloso ou chocante da força física; e o uso de mais força física do que seria considerado necessário por um policial altamente competente em uma dada situação. Esses aspectos permitem definir a violência policial como o uso ilegal e ilegítimo da força ou coação no exercício da função estatal de segurança pública, de forma desnecessária ou excessiva contra outras pessoas.

Essas práticas, conhecidas como violência ilegal ou ilegítima, é distinta da violência legal ou legítima, que é autorizada pelo Estado para o controle da ordem pública e o cumprimento da lei. A ação legal ou legítima é aquela em que o uso da força é permitido legalmente e exercido pelos agentes do Estado, que detém o monopólio do uso da violência. No entanto, essa permissividade pode resultar em arbitrariedade, truculência e abusos quando praticada por agentes despreparados, psicologicamente afetados ou mal-intencionados, comprometendo a integridade física e a dignidade dos cidadãos (Trindade, 2004).

O poder de uso da força legítima ou violência legal, concedido pelo Estado aos seus agentes de segurança pública, é um preceito constitucional. O artigo 144 da Constituição Federal de 1988 estabelece que a segurança pública, dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, deve ser exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos órgãos policiais. Assim, a polícia representa o aparelho repressivo do Estado, cuja atuação se fundamenta no uso da violência legítima. No entanto, quando age de forma arbitrária e emprega excessivamente a força e a violência, o policial compromete não apenas sua própria imagem e a da corporação, mas também a integridade do Estado Democrático de Direito, onde a lei deveria limitar sua atuação (Sousa; Morais, 2011).

Mesquita Neto (1999) apresenta três abordagens explicativas sobre a violência policial, baseadas em estudos das ciências humanas. A primeira abordagem é a explicação estrutural, que atribui as causas da violência policial às características da sociedade onde ocorre. Nessa perspectiva, a violência é compreendida como um fenômeno intrinsecamente relacionado à natureza social e às condições estruturais da sociedade.

A segunda explicação destacada por Mesquita Neto (1999) é a funcional. De acordo com essa visão, a violência policial adquire centralidade ao ser considerada uma função dentro de um sistema social ou em relação à segurança pública. Nesse sentido, a violência policial é interpretada como um sintoma ou resposta às condições da estrutura social, desempenhando um papel específico na manutenção da ordem.

A terceira abordagem, denominada explicação processual, enfoca a organização policial em si, entendendo-a como uma entidade que utiliza a violência para resolver conflitos em benefício próprio, seja em prol de seus interesses institucionais, seja em benefício de uma classe dominante ou do Estado (Mesquita Neto, 1999).

Cubas, Natal e Branco (2015) sistematizam quatro abordagens explicativas sobre a violência policial, com base em uma análise histórica do período pós-ditatorial no Brasil. Uma de suas argumentações sugere que a transição para a democracia, marcada por um aumento da criminalidade, influenciou a percepção da população sobre a violência policial. A descrença no sistema de justiça criminal, a percepção de impunidade e uma visão distorcida dos Direitos Humanos contribuíram para a aceitação da violência policial como uma forma de "justiça" direta. Essa visão sustenta a ideia de que a violência policial seria eficaz na resolução de problemas de criminalidade urbana e na prevenção de futuros crimes. Além disso, os autores destacam a análise institucional da polícia militar, considerando o modelo militar da polícia, a cultura policial, o perfil do governo e o posicionamento dos administradores da segurança pública como fundamentos da violência policial.

Cubas, Natal, Branco (2015) e Ávila (2019) analisam a violência policial a partir da estrutura institucional da polícia militar, considerando fatores como o modelo militar, a cultura policial, o perfil governamental e o papel dos administradores da segurança pública. Esses aspectos, juntamente com fatores históricos, sociais e políticos, moldam a atuação da polícia. A violência estatal, segundo Ávila, está intrinsecamente ligada às instituições policiais, uma vez que a possibilidade e a discricionariedade no uso da força são características centrais do ethos policial.

Segundo Ávila (2019), não é apenas o policial que pode ser descontrolado; muitas vezes, é a própria instituição e o sistema jurídico que não

exercem um controle adequado. A violência policial reflete um nível mais amplo de exclusão e violência sociais, sendo um elemento integrante do sistema punitivo em muitos países latino-americanos. Comumente, tenta-se explicar os casos graves de crimes praticados por policiais com a lógica das "maças podres", sugerindo que se trata de policiais isolados com condutas desviantes. Contudo, o problema da arbitrariedade policial não pode ser explicado apenas por desvios individuais, mas envolve questões organizacionais.

Para Ávila (2019), a cultura organizacional de um departamento de polícia pode, em grande medida, promover padrões desviantes de comportamento, ao tolerar e não sancionar tais práticas. Esses fenômenos estão intrinsecamente ligados aos condicionamentos ocupacionais gerados pela profissão e a razões organizacionais. Sendo assim, para o autor, não são apenas algumas "maças podres", mas que o "barril" também está podre. Em outras palavras, padrões de atuação incutidos na cultura profissional podem favorecer o desvio, e a metáfora do barril podre sugere que aspectos organizacionais contribuem significativamente para o desvio policial.

Outra perspectiva relevante para a análise da violência nas forças de segurança pública remonta ao século XIX. Durante esse período, várias correntes de pensamento influenciaram a segurança pública, baseando-se no paradigma positivista da ciência, que possuía um viés biologicista e individualizante, o que dará ensejo à criação da Criminologia Positivista. Esse paradigma buscava estabelecer uma legitimidade científica para as ciências humanas, fundamentando-se em princípios considerados naturais (Cubas; Natal; Branco, 2015).

Nesse contexto, desafios sociais como pobreza, conflitos, desemprego, crime e doenças mentais foram interpretados como vestígios do passado feudal e vistos como ameaças ao desenvolvimento da sociedade industrial emergente, considerada um símbolo de progresso. A resposta proposta envolvia a eliminação ou neutralização desses elementos "perturbadores", e as ciências sociais positivistas surgiram nesse cenário (Cubas; Natal; Branco, 2015).

A concepção de uma suposta natureza humana específica, baseada no positivismo criminológico, permitiu o desenvolvimento da ideia de que certos indivíduos, identificados como "suspeitos", compartilhariam características comuns aos criminosos em geral. Esses indivíduos passaram a ser vistos como

perigosos, justificando sua vigilância, controle, reeducação, tratamento e reabilitação (Cubas; Natal; Branco, 2015).

Um exemplo histórico que ganha nosso destaque é a promulgação do Código Penal Brasileiro de 1890, durante a Primeira República, após a abolição da escravatura. Influenciado pelo positivismo jurídico e pela criminologia lombrosiana, que se pautava nos ideais positivistas de sua época, o novo código penal incorporou uma visão de mundo que visava reprimir e punir as chamadas "classes perigosas", consideradas uma ameaça à ordem social. Isso demonstra que a violência, a punição e a repressão têm estado presentes desde o início das instituições de segurança pública no Brasil (Sousa; Morais, 2011).

Adicionalmente, a análise da realidade em outros países permite concluir que a violência e a corrupção policiais não são defeitos exclusivos da polícia brasileira; pelo contrário, elas estão presentes, em maior ou menor grau, em praticamente todos os países do mundo (Ávila, 2019). O autor explica que as causas do desvio policial podem ser agrupadas em duas principais categorias: psicológicas e sociológicas. As explicações psicológicas tentam justificar o desvio como uma anomalia específica do indivíduo, considerando suas experiências passadas e sua aceitação da violência ou da corrupção. Esta teoria é frequentemente utilizada pelos departamentos de polícia para justificar abusos de autoridade como casos isolados, ou casos isolados de agentes corrompidos que devem ser removidos para preservar a integridade da instituição. Em contraste, as explicações sociológicas consideram que as estruturas objetivas da organização policial moldam as percepções subjetivas e condicionam as interações entre os atores. Essas explicações se subdividem em situacionais e organizacionais. As explicações situacionais estão relacionadas a eventos específicos que facilitam o desvio (questões de gênero, raça, fatores socioeconômicos), mas têm um potencial limitado para conter o desvio policial de forma abrangente.

Goedert e Machado (2007) observa que a sociologia das organizações documenta que, ao integrar uma organização, os indivíduos reconfiguram as finalidades formalmente atribuídas à organização para construir novas finalidades a partir de interesses coletivos ou individuais. Nesse contexto, a sociologia das organizações distingue entre a organização-resposta, que se refere à instituição como uma resposta a um problema específico com um

arsenal legal que orienta as ações dos integrantes, e a organização-construção, que se refere à forma como a organização se comporta concretamente no mundo, com suas regras interpretadas e ajustadas pelos indivíduos. Essas tensões entre metas e modos de ação legais e as interpretações dos integrantes geram esquemas organizatórios não oficiais que correspondem à organização real, cujos verdadeiros objetivos muitas vezes são uma reinterpretação das normas e objetivos oficiais.

A participação em uma organização molda as referências de interação e a visão de mundo dos indivíduos, em um processo de socialização. Ao se integrar a uma organização, uma pessoa busca ser aceita pelo grupo, e os membros têm expectativas sobre comportamentos que devem ser seguidos para aceitação e permanência. Essas expectativas são construídas a partir de experiências compartilhadas e valores que são relevantes para o grupo. A adesão a esses valores e expectativas é vista como uma forma de ser considerado confiável e digno de integrar a organização. A violação dessas expectativas coletivas pode resultar na não aceitação do indivíduo, criando uma pressão cultural para que os integrantes cumpram seus papéis conforme as expectativas, o que é particularmente forte em organizações policiais (Ávila, 2019).

3 PRÁTICAS DE VIOLÊNCIA POLICIAL SEGUNDO A LITERATURA

Para Ávila (2019), a violência policial abrange um amplo espectro de situações e pode ser categorizada em diferentes modalidades. O uso excessivo da força ocorre quando a ação policial, mesmo que inicialmente dentro dos limites legais, excede-se quanto aos seus pressupostos, seja prolongando o uso da força quando já não é necessário, seja utilizando meios desproporcionais ao perigo real ou à resistência encontrada. Exemplos incluem o uso de força excessiva para vencer resistência durante revistas pessoais, prisões, condução coercitiva, o uso desnecessário de algemas, ou o emprego indevido de força letal.

A ilegalidade de eficiência refere-se às formas de violência praticadas para assegurar maior eficácia à ação policial, utilizando a força de maneira ilegal como atalho para legitimar a ação, em uma lógica de que os fins justificam os

meios. Esse tipo de violência pode ocorrer em situações como prisões ilegais, coerção para obter confissões, revistas pessoais sem indícios objetivos, buscas domiciliares e interceptações telefônicas sem autorização judicial. A atuação discriminatória da polícia, baseada em critérios étnicos ou socioeconômicos, e o flagrante preparado são exemplos de ilegalidade de eficiência. Ainda segundo, Ávila (2019), a tortura ainda não está totalmente erradicada das delegacias de polícia, podendo-se dizer que a realização de interrogatórios com tom de coação indicativa de violência simbólica são quase uma regra no caso de suspeitos de crimes graves que pertencem às classes baixas. Como lembra o autor, não sem razão a Anistia Internacional conclui que a violência policial e a persistência da tortura como padrão de interação policial ainda são graves violações de direitos humanos que persistem no Brasil.

A punição, ou “justiça policial”, envolve o uso da força para aplicar uma punição imediata, restaurar a autoridade ou realizar o que o policial considera “justiça”. Esse tipo de violência pode se manifestar em agressões como represália a desacato, punições durante a prisão em flagrante, omissão em casos de linchamento público, perseguição a suspeitos e retaliações contra delatores. Em casos extremos, pode se concretizar na execução de suspeitos, na falsa crença de estar realizando uma “faxina social” (Ávila, 2019).

O desrespeito, diferentemente das outras formas de violência física, caracteriza-se como violência moral, manifestando-se na indiferença durante o atendimento, na truculência verbal, no uso de expressões de baixo calão ou agressões à honra. Esse comportamento se torna especialmente problemático quando se transforma em um padrão no tratamento de cidadãos, particularmente em relação a minorias. Outras formas de desrespeito incluem a exposição vexatória de investigados, o vazamento indevido de informações sigilosas e a manutenção de investigações contra pessoas já sabidamente inocentes (Ávila, 2019).

Por fim, a violência gratuita refere-se às situações residuais em que a violência física é praticada sem uma finalidade concreta, servindo apenas para extravasar instintos violentos individuais, frequentemente relacionados a distúrbios de personalidade. Estudos criminológicos indicam que, embora alguns atos de violência policial possam ser atribuídos a desvios individuais, muitos

possuem um importante componente sociológico, onde a violência é vista como uma prerrogativa institucional para assegurar a autoridade policial (Ávila, 2019).

4 PROPOSTAS PARA A SEGURANÇA PÚBLICA PAUTADAS NA ÓTICA DA PSICOLOGIA

No Brasil, a legislação que regulamenta a atuação de psicólogos nas instituições de segurança pública e o acesso dos agentes a suporte psicológico é fragmentada, sem uma norma específica que exija a presença de psicólogos em todas essas instituições. Contudo, leis como o Estatuto Geral das Guardas Municipais (Lei nº 13.022/2014) orientam que os órgãos incluam a promoção da saúde mental em seus programas de capacitação, o que pode abranger o suporte psicológico, ainda que não exija a presença de psicólogos organizacionais diretamente (Brasil, 2014). Da mesma forma, a Resolução nº 5/2017 do Conselho Federal de Psicologia (CFP) define normas para a atuação de psicólogos em contextos organizacionais e pode orientar o trabalho dos psicólogos em instituições de segurança pública, embora sem impor a obrigatoriedade de sua presença (Conselho Federal de Psicologia, 2017).

Estudos mostram que a falta de padronização nacional acarreta desigualdades significativas no acesso ao atendimento psicológico entre os agentes de segurança pública, com variações consideráveis entre estados e unidades federativas (Moreira, 2021). A Resolução nº 4307 da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), por exemplo, destaca a assistência social como medida de apoio aos policiais e seus dependentes, mas essa regulamentação é restrita ao estado de Minas Gerais, e serviços similares nem sempre estão disponíveis em outras regiões do Brasil (Minas Gerais, 2014). Tais disparidades aumentam a vulnerabilidade dos profissionais da segurança pública a problemas de saúde mental e emocional, como o estresse ocupacional e o suicídio, principal causa de vitimização entre os policiais (Moreira, 2021). Além disso, Benetti e Cunha (2008) destacam que a desistência ou interrupção do tratamento psicológico por esses profissionais é frequentemente causada pela dificuldade de acesso a psicólogos e psiquiatras, aliada à impossibilidade de arcar com os custos do atendimento por outros meios.

Segundo Ávila (2019), o Ministério Público, como órgão responsável pelo controle externo das atividades policiais (CF/1988, art. 129, VII), poderia abrir caminho para a atuação dos psicólogos, contribuindo para o desenvolvimento de um sistema contínuo de treinamento para reduzir o uso excessivo da força. A orientação psicológica, segundo Smith e Alpert (2007), pode mitigar reações precipitadas provocadas pelo estresse ocupacional, que resultam em uso desmedido da força, indicando falhas tanto no preparo emocional do policial quanto na estrutura de suporte da instituição. Nesse sentido, Trindade (2004) sugere que o treinamento policial deve ser personalizado para as demandas específicas da função, considerando as particularidades do ambiente de trabalho e promovendo o bem-estar institucional.

Para transformar a cultura policial, Ávila (2019) aponta que é essencial repensar práticas organizacionais e valores que reforçam o uso da força como medida prioritária, substituindo a atual cultura do “atirar para matar” por técnicas de de-escalada de conflitos. A Psicologia Organizacional Psicanalítica oferece métodos como a análise institucional e grupos operativos para incentivar a reflexão sobre normas e valores vigentes e promover uma reestruturação cultural dentro das corporações (Armstrong; Taylor, 2014; Hirschhorn, 1997). Essas intervenções possibilitam uma abordagem mais empática e menos violenta, promovendo práticas que respeitem a dignidade humana (Traverso-Yépez, 2001).

A desconstrução de práticas ultrapassadas também pode ocorrer por meio de programas de conscientização e sensibilização voltados a toda a estrutura organizacional, inclusive gestores e líderes, reforçando a necessidade de respeito aos direitos humanos e à legalidade. Bunchaft e Gondim (2004) propõem a implementação de grupos de análise e supervisão, que auxiliam os membros da organização a explorar suas emoções e relações interpessoais, promovendo uma transformação cultural profunda e mais ética. Além disso, Villardi, Sales e Fernandez (2023) argumentam que reestruturar as dinâmicas de poder e comunicação interna é essencial para fomentar uma cultura colaborativa e inclusiva.

O desenvolvimento de lideranças também é essencial nesse processo. Líderes que compreendem seus processos inconscientes e o impacto deles sobre suas decisões podem influenciar positivamente a cultura organizacional,

promovendo uma gestão mais adaptativa e saudável (Costa, 2021). Em resumo, a Psicologia Organizacional, ao abordar camadas inconscientes e dinâmicas emocionais que moldam a cultura institucional, pode desempenhar um papel crucial na reconstrução cultural das instituições policiais, com foco em práticas éticas e humanizadas (Fernandes; Zanelli, 2010; Prenzler; Porter; Alpert; Cawthray, 2016).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste estudo reafirmam a relevância da atuação de psicólogos organizacionais nas instituições de segurança pública no Brasil, recurso que pode ser fundamental para a promoção da saúde mental e a transformação das dinâmicas culturais dentro dessas organizações. O arcabouço legal existente, apesar de fragmentado, pode servir de base para a implementação de intervenções psicológicas que abordam o uso excessivo da força e a exaustão ocupacional dos agentes de segurança.

A Psicologia Organizacional pode fornecer ferramentas para a análise das dinâmicas inconscientes e culturais que sustentam comportamentos violentos e ineficientes nas instituições policiais. A criação de programas de treinamento emocional voltados para a gestão do estresse e a capacitação de lideranças pode contribuir para a construção de uma cultura mais ética e humanizada. Pesquisadores podem investigar a eficácia dessas intervenções, com foco na transformação de normas organizacionais permissivas à violência, além de explorar como os líderes podem desempenhar um papel central na promoção de mudanças culturais profundas. A análise de dinâmicas de poder e comunicação dentro das instituições policiais pode revelar padrões inconscientes que legitimam comportamentos inadequados, permitindo a reconfiguração dessas estruturas para práticas mais inclusivas e colaborativas.

Também é importante o desenvolvimento de pesquisas que avaliem programas de saúde mental e emocional para os profissionais da segurança pública pode contribuir para a criação de intervenções personalizadas e eficazes, levando a uma mudança cultural sustentável dentro das organizações. A investigação sobre a influência das lideranças e das dinâmicas grupais na modificação da cultura institucional pode oferecer subsídios teóricos e práticos

para a construção de um ambiente de trabalho mais saudável e menos propenso à violência. A partir da análise dos processos inconscientes que moldam a cultura organizacional, pode-se propor a reformulação de práticas e valores institucionais, contribuindo para uma atuação policial mais justa e alinhada aos princípios democráticos e de direitos humanos.

Também é importante enfatizar o tema da violência policial no Brasil, inserido em um contexto histórico e social que ainda carece de estudos mais profundos e detalhados. Ao longo da pesquisa, ficou evidente que os estudos sobre a história da polícia no país, especialmente em relação à sua formação e atuação violenta, possuem lacunas importantes. A historiografia da polícia brasileira tende a focar, muitas vezes, em períodos específicos, como a ditadura militar, negligenciando a continuidade de práticas autoritárias e violentas nas forças de segurança, que persistem até os dias atuais. Essas lacunas tornam-se evidentes quando se considera a falta de um entendimento abrangente sobre como as práticas de violência foram institucionalizadas e como influenciaram a cultura policial.

Para novos pesquisadores, o caminho se abre em diversas direções. Primeiramente, é necessário um resgate histórico mais robusto das origens da polícia no Brasil, com foco na relação entre a violência estatal e as práticas de controle social que surgiram desde o período colonial. Estudos que traçam um paralelo entre as práticas policiais e as transformações políticas e econômicas ao longo dos séculos podem oferecer novas perspectivas sobre o papel da polícia na manutenção de uma ordem social excludente, especialmente em relação a populações marginalizadas, como no recorte brasileiro, jovens negros e pobres. Além disso, a análise crítica sobre a formação e atuação das forças policiais no período democrático, especialmente a partir do final da ditadura militar, é uma área promissora que pode revelar como elementos de violência institucional sobreviveram e se adaptaram às novas configurações políticas.

É também pertinente que novas pesquisas se debrucem sobre a influência da cultura organizacional dentro das corporações policiais. Como apontado ao longo do estudo, a violência policial não pode ser compreendida apenas como um conjunto de práticas individuais ou como resultado de "maçãs podres" dentro da instituição, mas sim como parte de uma cultura institucional tolerante à violência. Nesse sentido, torna-se fundamental o desenvolvimento de

políticas públicas nacionais que integrem a prática da Psicologia, visando romper com o modelo instintivo e de punição como respostas predominantes e promover mudanças estruturais na lógica da segurança pública. Abordagens interdisciplinares envolvendo Psicologia, Sociologia e outros campos de conhecimento sobre organizações podem contribuir significativamente para compreender como práticas violentas são perpetuadas e legitimadas dentro do aparato policial, e, assim, favorecer a criação de estratégias que desafiem essa cultura institucional e promovam uma atuação mais ética e humanizada.

Embora este trabalho tenha abordado questões relacionadas à violência policial no Brasil, não foi seu objetivo aprofundar na descrição exata de quais práticas policiais são consideradas violência. Para uma análise mais específica sobre essas práticas, recomenda-se a leitura do artigo de Thiago André Pierobom de Ávila, intitulado "Violência Policial: Estratégias de Controle pelo Ministério Público" (2016). Nesse estudo, Ávila explora, de maneira detalhada, as formas de violência exercidas pelas forças de segurança e as estratégias de controle que podem ser implementadas para coibir tais ações, oferecendo uma visão importante para complementar os achados deste trabalho.

Em resumo, as considerações finais apontam para a necessidade de continuidade e expansão das pesquisas no campo da segurança pública e da história da polícia no Brasil. Ao mesmo tempo, destacam que os desafios enfrentados por quem estuda esse tema incluem tanto o acesso limitado a fontes documentais quanto o caráter dinâmico da história institucional policial. Com isso, espera-se que o estudo contribua para um debate mais profundo e crítico sobre a relação entre polícia, violência e controle social, ao mesmo tempo em que oferece um ponto de partida para futuras investigações.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. D. O. **A criminalização da questão social: uma juventude encarcerada**. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/4539/1/joseaneduarteouroalves.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2024.

ALVES, J. D. O.; MOLJO, C. B. Apontamentos acerca da gestão da criminalização da questão social: o cenário contemporâneo brasileiro. Porto Alegre, RS: **Textos contextos (Porto Alegre)**, p. 267–281, 2015. Disponível

em: <https://www.redalyc.org/pdf/3215/321543546005.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2024.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2023. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 17, 2023. ISSN 1983-7364. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/fbsp/57>. Acesso em: 04 nov. 2024.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2024. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 18, 2024. ISSN 1983-7364. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>. Acesso em: 04 nov. 2024.

ÁVILA, T. Violência Policial: Estratégias de controle pelo Ministério Público. In: BONSAGLIA, M.; CHEKER, M.; DIANA, R.; FREITAS, E.; ROLIM, L.; LEITE, A.; PAULINO, G.; SALGADO, D.; CORRÊA, M.; ARAÚJO, M.; DALLAGNOL, D.; BRITO, G.; GUALTIERI, L.; SILVA, R.; SANTO, A.; OLIVEIRA, H. **Controle externo da atividade policial pelo Ministério Público**. Belo Horizonte, MG: Editora Del Rey LTDA, 2016. p. 462-499. Disponível em: https://www.anpr.org.br/images/2020/Livros/control_externo_versao_PDF.pdf. Acesso em: 04 nov. 2024.

ARMSTRONG, M.; TAYLOR, S.; **Armstrong's handbook of human resource management practice**. Londres, UK: Kogan Page Publishers, 2014. Disponível em: https://e-uczelnia.uek.krakow.pl/pluginfile.php/604792/mod_folder/content/0/Armstrongs%20Handbook%20of%20Human%20Resource%20Management%20Practice_1.pdf. Acesso em: 04 nov. 2024

BAREMBLITT, Gregório. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. 5. ed. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari, 1992.

BATISTA, V.; ZAFFARONI, E. **A mídia e o discurso criminal: controle social punitivo e violência**. Rio de Janeiro: Revan, 2003. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/manaus/direito_racion_democ_guilherme_v_mota.pdf&ved=2ahUKEwjHuqHOs-aJAxVLRZUCHdeUHdMQ-NANegQICxAC&usq=AOvVaw1tZC_JDIhunZ4eCRSYZybQ. Acesso em: 30 ago. 2024.

BENETTI, S.; CUNHA, T. Abandono de tratamento psicoterápico: implicações para a prática clínica. **Arq. bras. psicol.** Rio de Janeiro, v. 60, n. 2, p. 48-59, jun. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180952672008000200007&lng=pt&nrm=iso. acessos em 18 nov. 2024.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia de pesquisa bibliográfica na área odontológica. **Revista Odontológica do Brasil Central**, Goiânia, v. 15, n. 39, p. 265-270, 2006. Disponível em:

https://arquivos.cruzeirosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_odontologia/pdf/setembro_dezembro_2006/metodologia_pesquisa_bibliografica.pdf.

Acesso em: 26 nov. 2024

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014. **Estatuto Geral das Guardas Municipais**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13022.htm. Acesso em: 30 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.834, de 4 de junho de 2019. **Lei de Saúde Mental dos Profissionais de Segurança Pública**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13834.htm. Acesso em: 30 ago. 2024.

BRETAS, M. L.; ROSEMBERG, A. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 14, n. 26, p. 162–173, jan. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X014026011>. Acesso em: 26 nov. 2024.

BUNCHAFT, A. F.; GONDIM, S. M. G. Grupos focais na investigação qualitativa da identidade organizacional: exemplo de aplicação. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 21, n. 2, p. 63–77, maio 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2004000200005>. Acesso em: 26 nov. 2024.

CAMPOS, G.; SILVA, F. Polícia e Segurança: o Controle Social Brasileiro. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. spe2, p. 208-222, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000213541>. Acesso em: 26 nov. 2024. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 5, de 27 de janeiro de 2017. **Define normas para a atuação dos psicólogos em contextos organizacionais e institucionais**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://www.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-05-2017.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2024.

CRUSOÉ JÚNIOR, N. **Da “volante” à academia: A Polícia Militar da Bahia na Era Vargas** (dissertação de mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil. 2005. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/2005_crusoe_junior_nilson_carvalho_da_volante_a_academia_a_policia_militar_na_era_vargas_1930-1945.pdf. Acesso em: 30 de ago. 2024

CUBAS, V.; NATAL, A.; BRANCO, F. Violência policial: abordagens da literatura. In: KUCINSKI, B.; DUNKER, C.; PEREIRA, I.; DARA, D.; SILVA, D.; MENA, F.; WYLLYS, J.; PESCHANKI, J.; CAPRIGLIONE, L.; SOARES, L.;

KARAM, M.; KEHL, M.; MAIO, M.; CAMPOS, R.; MORAES, R.; AB'SÁBER, T.; BATISTA, V. **Bala perdida**: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2015. p. 103-110.

D'ELIA FILHO, O. Z. **Acionistas do nada**: Quem são os traficantes de droga. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007.

DIXON, D.; GRAHAM, P. Reducing Police Use of Force: The Role of Organizational Culture and Training. **Journal of Police Studies**, v. 27, n. 3, p. 235-248, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.avb.2012.12.004>. Acesso em: 26 nov. 2024.

FERNANDES, M.; MACHADO, M. A importância da qualidade de vida no trabalho no paço municipal de Gaspar. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.1, n.2, p.01-20, Sem I. 2007. Edição Temática TCC's - II ISSN 1980-7031. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/rica/article/view/17487/11272>. Acesso em: 30 ago. 2024.

FERNANDES, K.; ZANELLI, J. O processo de construção e reconstrução das identidades dos indivíduos nas organizações. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 10, n. 1, p. 55–72, jan. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-65552006000100004>. Acesso em: 26 nov. 2024.

FLAUZINA, A. **Corpo negro caído no chão**: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro (dissertação de mestrado). 2006. Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil. Disponível em: https://cddh.org.br/assets/docs/2006_AnaLuizaPinheiroFlauzina.pdf. Acesso em: 26 nov. 2024.

GAGLIARDO, V. A Intendência de Polícia e a civilização do Rio de Janeiro oitocentista. **Urbana**, 6(8), 376-401. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/urbana.v6i1.8635307>. Acesso em: 30 ago. 2024.

GRILLO, M.; MACIEL, F. O trabalho que (in)dignifica o homem. In: SOUZA, J. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. 3. ed. São Paulo: Contracorrente, 2018. p. 263-300.

HIRSCHHORN, L. **Reworking Authority**: Leading and Following in the Post-modern Organization. Cambridge: MIT Press, 1997.

HOLLOWAY, T. **Polícia no Rio de Janeiro**: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 1997.

HOUAISS, A. **Pequeno Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. 1. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2015

LAZZARINI, A. Limites do poder de polícia. **Revista de Direito Administrativo**, [S. l.], v. 198, p. 69–83, 1994. DOI: 10.12660/rda.v198.1994.46412. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rda/article/view/46412>. Acesso em: 18 nov. 2024.

MESQUITA NETO, P. Violência Policial no Brasil: Abordagens Teóricas e Práticas de Controle. In: PANDOLFI, D. C.; CARVALHO, J. M.; CARNEIRO, L. P.; GRYSZPAN, M. (Orgs.). **Cidadania, Justiça e Violência**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

MOREIRA, C. Acompanhamento psicológico preventivo para agentes de segurança pública. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 15, n. 13, p. 208–225, 18 fev. 2021. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/1147/393>. Acesso em: 26 nov. 2024

MOREIRA, L. **A descentralização da segurança pública. Uma análise da relevância dos municípios no contexto atual**. Jusbrasil. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-descentralizacao-da-seguranca-publica-uma-analise-da-relevancia-dos-municipios-no-contexto-atual/783072660>. Acesso em: 10 out. 2024.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

PRENZLER, T; PORTER, L; ALPERT, G; CAWTHRAY, T. Reducing public complaints and use of force: the Portland police bureau experience. **Journal of Criminological Research, Policy and Practice**, v. 2, n. 4, pp.260-273, 2016. Disponível em: <https://research.usc.edu.au/esploro/outputs/99451201502621>. Acesso em 26 nov. 2024.

REED, B.; BAIN, A. **The Dynamics of Change in Organizations: A Consultant's Perspective**. Londres: Routledge, 2007.

SIEVERS, B. **Psychoanalytic Studies of Organizations: Contributions from the International Society for the Psychoanalytic Study of Organizations (ISPSO)**. Londres: Karnac, 2009. Disponível em:

<https://doi.org/10.4324/9780429479076>. Acesso em: 26 nov. 2024.

SILVA JÚNIOR, N. G. S. **Política criminal, saberes criminológicos e justiça penal: que lugar para a psicologia?** 2017. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/23744>. Acesso em: 26 nov. 2024.

SILVA, R.; PEREIRA, M. O Treinamento Policial no Brasil: Um Estudo Sobre Práticas e Efetividade. **Caderno de Segurança Pública**, v. 15, n. 1, p. 28-45, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/54767/1/TCCCRISP.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2024.

SMITH, M.; ALPERT, G. Explaining Police Bias: A Theory of Social Conditioning and Police Violence. **Criminal Justice and Behavior**, v. 34, n. 10, p. 1262-1281, 2007. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/242202149_Explaining_Police_Bias. Acesso em 26 nov. 2024.

SOUSA, R. C.; MORAIS, M. S. A. Polícia e sociedade: uma análise da história da segurança pública brasileira. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2011, São Luís. **Anais [...]**. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/PODER_VIOLENCIA_E_POLITICAS_PUBLICAS/POLICIA_E_SOCIEDAD_E_UMA_ANALISE_DA_HISTORIA_DA_SEGURANCA_PUBLICA_BRASILEIR_A.pdf. Acesso em: 26 nov. 2024.

TRAVERSO-YÉPEZ, M.. A interface psicologia social e saúde: perspectivas e desafios. **Psicologia em Estudo**, v. 6, n. 2, p. 49–56, jul. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722001000200007>. Acesso em: 26 nov. 2024.

TRINDADE, A. **Entre a lei e a ordem**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

VILLARDI, B. Q.; SALLES, M. de A. S. D.; FERNANDES, E. de S. Dinâmicas de poder explicitadas no processo de reestruturação de uma Instituição Federal de Ensino Superior. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S. l.], v. 14, n. 9, p. 15659–15679, 2023. DOI: 10.7769/gesec.v14i9.2550. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/2550>. Acesso em: 20 set. 2024.